DO CAMPO AO PORTO: ESCRAVOS NASCIDOS NO BRASIL E DESEMBARCADOS DE PORTOS AFRICANOS ENTRE O MUNDO URBANO E RURAL EM NAZARETH, 1831-1850.

Gisely Nogueira Barreto[1]

Resumo: O presente artigo apresenta dados referentes à pesquisa que estou desenvolvendo para a construção da dissertação. Este trabalho pretende expor elementos que caracterize a população da Vila de Nossa Senhora de Nazareth para compreender a dinâmica dos escravizados na realização de suas atividades cotidianas. Encontrando-se entre o mundo rural e urbano muitos escravos viveram ás margens do Rio Jaguaripe, ou trafegaram através do mesmo rio, visto que Nazareth era uma Vila portuária, produtora de bens de consumo e de importação, por isso havia uma visível interlocução entre o campo e a sede e possivelmente com várias outras cidades e povoados circunvizinhos. A presente pesquisa é uma contribuição para pensar numa região do Recôncavo que é tão carente de estudo.

Palavra chaves: Escravidão, Cotidiano, trabalho.

Na margem do rio Jaguaripe, usando uma túnica branca, sandálias douradas e envolta por suas madeixas, que até pareciam fios de ouro, caindo pelas espáduas, uma mulher, carregando nos braços um menino meigo, com igual e rara beleza apareceu para uma camponesa, que ao escutar a frase, "Nossa Senhora de Nazareth" correu atônita e divulgou para o povoado. Cheia de graça e esplêndida beleza, a virgem de Nazareth aparecera para lavradores e trabalhadores, nas proximidades do rio. A partir do acontecimento, esse local foi alvo de crescente romaria e adoração de viajantes que passaram a chamá-lo pelo nome da imaculada santa. [2]Com a notícia da aparição de Nossa senhora de Nazareth, Antonio de Brito construiu um engenho que recebeu o nome de São Bento e levantou uma capela, requerida ao bispo em 1649, com a ajuda do povo que tinha se estabelecido no local. Fez nascer um povoado por nome Nossa Senhora de Nazareth, [3] Ilustrada por uma lenda religiosa transmitida pela tradição oral e que se entrelaça com vestígios documentais, a história de Nazareth é marcada pela colonização portuguesa. A vila se localiza no Recôncavo, terras que são banhadas pelas águas da baía de Todos os Santos. [4] Em 1753 Nazareth foi elevada à categoria de Freguesia pelo 8º Bispo da Bahia, D. José Botelho das Matas. A elevação do povoado de Nazareth à categoria de vila ocorreu em 1831, pelo decreto de 25 de outubro do ano corrente. Em 29 de Novembro de 1832 criou-se a comarca de Nazareth, abrangendo a vila de Jaguaripe e os distritos de Aratuipe, Santana da Aldeia, Laje e Santo Antonio de Jesus. [5] Dezesseis anos depois, em 20

de março de 1848, recebeu o título de "Constitucional cidade de Nazareth"[6], pela lei provincial n. 368 de 10 de novembro de 1848. [7]

A lei de 4 de setembro de 1850 foi decisiva para abolir definitivamente o tráfico de africanos para o Brasil. No entanto, embora Eusébio de Queirós tenha obtido do Parlamento poderes para tal, navios continuavam a ser apreendidos nas costas brasileiras até o ano de 1856. A preocupação de conter a entrada de africanos no país era tão grande que o presidente da província enviou correspondências aos Juízes de direito das Comarcas. Em Nazareth, o Juiz Luis Antônio Pereira Franco recebe um oficio dia 20 de julho de 1851 onde o presidente da província ordena que se tenha uma maior vigilância no litoral da Comarca de Nazareth, por se tratar da lei de 4 de setembro do ano anterior para que "[...] se possa obter a extinção do tráfico de africanos, em que o governo imperial esta empenhado."[8] Em resposta o Juiz aponta que já recomendou aos juízes municipais dos termos de Itaparica e Jaguaripe o compromisso com a vigilância do litoral desta Comarca, e assegurou não só a sua fiscalização como informação do que ocorrer. Quanto aos navios capturados sabe-se que a própria lei de 1831 já assegurava que os escravos deveriam ser "reexportados para a Costa da África", no entanto muitos africanos que aqui chegavam não escondiam a vontade de permanecer no país, pois mesmo aqueles que retornavam para seu lugar de origem muito já havia mudado.

Nazareth era uma vila portuária, produtora de bens de consumo e de exportação. Com escravizados que ocupavam vários ofícios urbanos e na lavoura era recheada de escravos nascidos no Brasil e desembarcados de vários portos da África. A origem da população de escravos africanos, registrados nos inventários, foi determinada de acordo com os conhecimentos a cerca da região portuária que eles procederam, porém como as denominações que eles recebiam poderiam também se referir a um determinado grupo étnico, não podemos determinar com muita certeza a procedência e o grupo étnico dos escravizados encontrados nos documentos pesquisados.

Como observa Maria José de Souza Andrade,

> [...] procedentes de várias regiões, embarcados em portos do hemisfério norte, ou sul da costa ocidental, ou mesmo da costa oriental, significativo número de africanos – bantos ou sudaneses –desembarcaram no Brasil desde o século XVI até a extinção do tráfico de escravos, em meados do século XIX. [...] Com efeito, determinadas denominações não são especificamente geográfica: podem referir-se a etnias. Nesses casos, destacamos as seguintes: angola, cabinda, congo e Calabar. Reconhecemos perfeitamente que essas denominações podem indicar a procedência

> geográfica do escravo ou sua etnia africana. Como é impossível, porém, pela documentação consultada, sabermos com exatidão se o africano é oriundo da região de Angola ou se é do grupo étnico de angola, preferimos incluí-lo no primeiro grupo, para não incorrermos em erro maior. [9]

Observa-se que nas três décadas, a predominância, nos inventários, é de escravos nascidos no Brasil, contudo foi a década de 1840 que registrou uma concentração maior, tanto de africanos quanto brasileiros. Este período apresenta as nações Calabar, Moçambique e a Mina que não foram encontradas nas outras épocas.

Maria de nação Calabá, já era idosa, e de serviço de olaria.[10] Antonio de nação Mina era de serviço de campo, assim como os quatro cativos de Moçambique, estes não possuíam qualificação quanto à idade e foram avaliados em torno de 200 a 450 mil réis.[11] Na década de 1850, apesar da grande redução de mão de obra cativa, este período ainda consegue superar 1830. A nação Benin foi à única encontrada nesta década de 1830 que não encontramos, nas outras.

Os crioulos totalizaram 44,09%, por isso era o grupo mais numeroso, que, junto com os pardos, cabras e apenas uma mulata, formavam uma população de 52,5% dos escravizados nascidos no Brasil. Os inventários arrolados concentraram aproximadamente uma população de 40,4% dos africanos, sendo que a maioria, 14,90%, correspondia a escravos Nagôs, depois estavam os Hussá, Cabinda, Angola e as outras nações. Com isso, 7,1% dos cativos não tiveram a identificada nação e nem etnia.

A escravidão foi uma situação que aconteceu em vários momentos da história e a África teve participação tanto na escravização de indivíduos quanto no fornecimento deles para serem escravos em outros lugares. Alguns desses africanos que chegaram até Nazareth muito provavelmente foram escravizados em sua terra, mas a escravidão experimentada por eles na África não era a mesma do outro lado do Atlântico embora apresentasse características semelhantes.

Tanto na África quanto no Brasil os escravos eram mercadorias que possuíam um preço, por isso podiam ser vendidos, presenteados ou alugados para qualquer indivíduo que se interessasse pelos seus serviços. Foram também usados para pagamento de dívidas, dote de casamento, garantia de empréstimo, ou aluguéis. [12] Algumas escravas, além de servirem como amas-de-leite para os filhos dos seus donos, foram alugadas, aumentando assim, o seu valor e gerando lucros para os senhores. [13]Assim como joias, casas, senzalas, engenho e olarias, os

cativos foram avaliados como bens móveis, e tinham preço que muitas vezes se igualava a outras propriedades dos senhores.

No Inventário de Escolástica Prates, por exemplo, uma roça de café e uma casa de morada já velha foram, ambas, avaliadas em 400$000, valor da crioula Marta e da escrava Domingas, de nação, Nagô. [14] Outro exemplo é o da velha escrava Maria, que foi avaliada em 50$000, o mesmo preço de um oratório com apenas duas imagens de santos[15] que não foram identificados nos autos do inventário. Considerando os preços de cada cativo nas três décadas estudadas constatou-se que os critérios de avaliação dos escravos para registrar no inventário eram os mesmos, ou seja, levavam em consideração a idade, o ofício e o estado de saúde. Os preços entre as décadas de 1831 - 1850 oscilaram de 20$000 até 1:300 $000. Como afirma Maria José de Souza Andrade, a variação de preço poderia ter sido influenciada pela condição de mercado, pela dificuldades impostas pela proibição do tráfico e a procura por mão de obra. [16]

Na África não havia lei que protegesse os escravos, embora algumas vezes fossem reconhecidos como seres humanos eram sempre considerados como mercadorias. O distanciamento do escravo do seu lugar de origem era uma das formas mais desenvolvidas de escravidão, que quase sempre se iniciava por meio da violência. Tornavam-se escravos, prisioneiros de guerras, praticantes de crimes como assassinato, roubo, adultério, bruxaria e vários outros. Em casos de seca e fome, indivíduos tornavam-se escravos de maneira voluntária, por uma questão de sobrevivência.

A escravização estava ligada ao trabalho, o "[...] escravo era instrumento de trabalho", os senhores tinham direitos sobre suas propriedades e a condição de escravo era herdada, a escravidão era uma maneira encontrada por africanos para controlar as pessoas, outra forma era a penhora de pessoas como garantia para pagamento de dívidas.[17]

No universo africano isso seria uma forma de dependência que poderia levar à escravidão, enquanto no Brasil os próprios escravizados eram objetos de penhora, observa-se, por exemplo, em Nazareth que os senhores Eduardo Freire Maia Bitencourt e D. Maria penhoraram "[...] os escravos, João, Jacinto, Francisco e as escravas, Eusébia, Maria 'Aguida' com uma filha de nome Anisia de 4 anos de idade, e outras amamentando e sem batizar com idade de um mês, pouco mais ou menos. [...] a requerimento do Alferes Antonio Dias dos Santos pela quantia de 14:891$864 réis." [18]

A escravidão teve suas especificidades em vários lugares onde ocorreu. No Islã da Arábia pelo Norte da África, aqueles que não eram mulçumanos deveriam ser escravizados como forma de reeducação e conversão religiosa, a existência da escravidão se explicava pela religião. Os muçulmanos utilizavam escravos no serviço militar, no governo e as mulheres eram tomadas como concubinas. Com o comércio transatlântico a escravidão é direcionada para outros sentidos, antes sendo uma das relações de dependência, passa nesse instante a ser justificada pelo comércio e pela economia. Surgiu uma forma não mulçumana de escravidão onde a "escravidão de linhagem" deixa de ser a única a existir. [19]

A África passa a fornecer os indivíduos, que já eram escravizados, para o comércio transatlântico onde serão enviados para o novo mundo como mão de obra servil. O embarque de escravos para a América seria o ponto de partida para o tráfico de escravos, que participou decisivamente para a "formação histórica brasileira", como disse Luiz Felipe de Alencastro "[...] o tráfico extrapola o registro das operações de compra, transporte e venda de africanos para moldar o conjunto da economia, da demografia, da sociedade e da política da América portuguesa." [20]

O tráfico teria a sua justificativa direcionada à evangelização e catequização de seres que praticam o canibalismo e guerras entre tribos, além do argumento ideológico: "O tráfico negreiro continua sendo apresentado a via de passagem que carrega o indivíduo do pior para o menos ruim." [21]

Se ficar na sua terra fosse pior que atravessar o Atlântico aqueles que chegaram no Brasil não teriam sempre a esperança e perspectiva do retorno a África. "No Rio, alguns escravos desesperados chegavam mesmo a tomar um barco e tentar velejar de volta para a África. [...]" [22]

Isso nos faz pensar nos laços de solidariedade que foram formados na travessia e que se fortaleceram no momento em que pisam em outros solos. No entanto,

> [...] embora imensas quantidades de conhecimento, informações e crenças devam ter sido transportadas na mente dos escravos, estes não puderam transpor o complemento humano de suas instituições tradicionais para o Novo Mundo. [...] Sacerdotes e sacerdotisas, sim, mas o corpo sacerdotal e os templos, não. [...] Portanto, a tarefa dos africanos escravizados no Novo Mundo foi a de criar instituições- instituições que se mostrassem receptivas às necessidades da vida cotidiana, dentro das condições limitantes que a escravidão lhe impunha. [23]

Tanto europeus como africanos deram a sua contribuição para a formação de uma cultura que seria considerada por Mintz e Price como afro-americana. Esta que por sua vez está atrelada ao processo de reterritorialização que não perpassa apenas por questões materiais, mas está relacionada com a linguagem, religião, cultura e rituais trazidos e redefinidos pelos africanos e por gerações sucessivas de escravizados nascidos no Brasil.[24]

Dos 49,37% da escravaria com idade identificada, em 1850, a maior parte dos escravos possuía a idade entre 20 a 49 anos, enquanto nas décadas de 1831 e 1840, a maior parte eram crianças. O que se percebe então, 20,17% da escravaria eram crianças entre as décadas de 1831 e 1850, no entanto, nesse mesmo período, era possível contar com uma parcela significativa de mão de obra com idade entre 12 e 49 anos, ou seja, aproximadamente 19,25% da escravaria estavam em idade adulta, nessa contagem inclui também os "moços" que pela análise dos preços teriam idade entre 20 a 25 anos. Em último lugar estavam os cativos com idade a partir dos 50 anos, que somado aos "velhos", teria uma percentagem de 9,2%. A busca pela lucratividade fazia os senhores investirem em escravos adultos, por isso eles não tinham a pretensão de comprar crianças, o que explica a ascendência brasileira de muitos meninos e meninas escravos. Desse modo, somando os quatro últimos grupos teremos uma população de escravos adultos de 28,27%, uma quantidade que supera o número de crianças, nas três décadas. Como registra Maria José de Souza Andrade,

> o interesse do lucro imediato que norteou todo o tráfico africano e o processo de escravização no Brasil deu aos muitos escravos pouca oportunidade de sobrevivência até a idade adulta e, apenas à minoria deles, o privilégio de atingir a velhice. [25]

Tomando a idade como referência, todas as crianças nas três décadas da amostragem entre 1831 a 1850, em que tinham meses de nascidas estavam avaliadas entre 50$000 á 80$000. Um homem escravo com especialidade chegava a custar até 800$000 e uma mulher até 500$000. Mais da metade dos cativos arrolados na documentação, ou seja, 51,25% não tinham registro de idade. Com o agrupamento dos preços observamos com mais detalhes as características descritas no documento, por isso, conseguimos supor a idade de alguns cativos. Assim a escrava Rosinda, filha de Rosa e a crioulinha filha da escrava Domingas, foram avaliadas em 200$000, por ter esta 4 anos e a outra 5 anos de idade. Suponha-se então, que a crioulinha Maria, também filha da "dita", tenha 4 ou 5 anos visto a sua avaliação, no mesmo valor das duas escravinhas.[26]

A Crioulinha Joana, com 1 ano de idade, foi avaliada em 100$000,[27] como também, a escrava Gertrudes filha da crioula Eufania,[28] por isso, temos duas razões para acreditar que o escravo Manoel, filho da escrava Claudiana,[29] tenha a mesma idade das duas escravas. A primeira é que ele foi avaliado com o mesmo valor, e segundo, a sua denominação de "crioulinho". Observa-se que nos inventários, a denominação "crioulinha" ou "crioulinho" algumas vezes foi utilizado para crianças ou escravos com idade entre 2 a 20 anos.

Ter uma especialização não isentava os escravizados de atribuições da casa. Isso é importante para se pensar que a carga de trabalhos que era atribuído a um escravo poderia implicar na sua decisão de lutar pela liberdade e, dependendo do oficio, eles poderiam ter uma facilidade maior para que isso viesse acontecer.

Maria do Rosário, a crioula jangadeira, que aparece no documento da senhora Prates, [30] Como já foi visto, não era estranha à realidade de Nazaré, no inicio do XIX, visto que, nesse período seu porto estava no ápice do funcionamento, escoando mercadorias de toda espécie, cereais, frutas, além de pessoas que circulavam para as paróquias vizinhas e até para a capital. [31] Essas pessoas faziam parte de um cenário urbano mais móvel que permitia aos cativos circularem com maior liberdade e se comunicarem com um grande número de indivíduos de diferentes condições jurídicas e sociais, livres, libertos e até ladrões e contrabandistas, pois quase nunca eles estavam sobre a vigia do feitor, já que necessitavam de autonomia para transportar as pessoas e mercadorias.

Desse mesmo modo, escravizadas como as costureiras da senhora Prates, que poderiam estar também inclusas no "trabalho de ganho", as oleiras Julia Nagô e Maria Calabá,[32] transitavam na vila trocando informações com escravos de vários proprietários e principalmente com aqueles que faziam carreto marítimo como a Maria do Rosário ou carreto terrestre como o Hussá Rufino.

O trabalho que determinadas escravizadas desempenhavam, muitas vezes, transformava-se em diversão. A lavadeira Joaquina junto com outras tantas, lavavam as roupas dos seus proprietários e, possivelmente, a de outros senhores. O trabalho realizado pelas lavadeiras servia também para fortalecer os laços de amizade, enquanto para os brancos, apesar de reconhecerem a necessidade de tal atividade, as "lavagens de roupas" significavam um momento de bagunças e conflitos. Esse serviço permitia cantar, conversar e criar vínculos de camaradagem.[33]

Dividiam problemas, falavam de casos amorosos, e teciam uma rede de interesses que muitas vezes iam em direção à liberdade. No entanto, independente do ofício que ocupavam, tanto homens quanto mulheres, quando se tratava de conquistar a liberdade, buscavam encontrar formas mais rápidas, astutas e menos dolorosas para se livrarem do cativeiro e da vigilância do senhor e da escravidão, fosse ela rural ou urbana.

Os liames existentes entre o escravizado e seu amo são marcados pela confiança e desconfiança, pois ao mesmo tempo em que os senhores confiam nos cativos eles desconfiam. O escravo urbano necessitava da autorização do senhor para comercializar na rua e vencer a concorrência. Já este, na maioria das vezes, depende da quantia que recebe do escravizado para sustentar a si e à família.

Poderíamos então dizer que a escravidão estava pautada numa dependência mútua entre a sobrevivência do cativo e os lucros que o senhor podia obter com o trabalho escravo, seja ele rural ou urbano. É justamente desta relação de dependência que muitos tentam se livrar e por isso usam de várias estratégias para transformar a sua realidade.

Muitos escravos domésticos, por exemplo, buscam serem os mais prestativos e obedientes possíveis, servindo bem ao senhor, na intenção de receber, pelo seu bom trabalho, a carta de alforria – o que algumas vezes acontecia – ainda que tivessem que permanecer por algum tempo prestando serviços para a família do senhor. Isso era possível, pois assim como acontecia em Demerara, na colônia britânica por volta de 1820 a 1830, em Nazarteh os escravos que tinham ocupações na casa do senhor tinha uma posição privilegiada, por estarem mais próximos dos seus proprietários e administradores, embora vivesses sob uma vigilância maior.[34]

À escrava Maria, por exemplo, avaliada em 75$000, foi deixado pelo seu falecido proprietário João Pereira de Mesquita, um dote de 150$000, uma quantia suficiente para comprar a liberdade, na partilha dos bens ela fora destinada para o senhor José Ribeiro Vieira, esposo e representante legal de Dona Antonia Maria, filha do senhor Mesquita. [35] Consta também, no inventário do senhor Francisco Ribeiro dos Santos que os escravos “Domenico” e o africano Joaquim, estariam forros no testamento, o primeiro avaliado em 1:3000$000 e o segundo em 900$000.[36] Vigiados pelo Poder Público Municipal e Provincial, ainda assim, homens e mulheres, tentavam, em meio à labuta diária, maquinar estratégias que visassem alcançar a liberdade.

Tanto os escravizados, nascidos no Brasil quanto os que desembarcaram da África tiveram uma participação importante para compor a Vila de Nazareth, no campo nas proximidades do porto, ou navegando em suas águas, homens e mulheres escravos trabalhavam e se comunicavam com o universo a sua volta, para se divertir distrair ou para buscar ser atendido, seu direito à liberdade.

---

[1] Gisely Nogueira Barreto. Mestranda da Universidade do Estado da Bahia. Licenciada em História. Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior- CAPES. giselynb@hotmail.com.

[2] Enciclopédia dos municípios brasileiros. Planejada e orientada por Jurandir Pires Ferreira. Presidente do I. B. G. E. Vol. 21. Rio de Janeiro: 1958. p. 75-76.

[3] Idem, loc. cit.

[4] Conforme ressalta Barickman, a palavra Recôncavo significa no Brasil "[...] região que circunda uma baía específica- aquela que os principais exploradores portugueses batizaram de baía de Todos os Santos." Compreenderia, portanto, municípios, povoados, arraiais e freguesias localizados num raio de 36 a 60 quilômetros em volta da baía. Conforme BARICKAM, B.J. *Um Contraponto baiano*: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 36-39.

[5] AUGUSTO, Lamartine. *Portas do Sertão*. 2. ed. Salvador: Edições Kouraça. 1999. p. 127.

[6] Idem, 1999.

[7] Periódicos. Vários periódicos. Arquivo Público do Estado da Bahia- APEB. Salvador. 1872- 1873. 0047

[8] Justiça. Correspondência recebida de juízes. APEB. Nazaré, 1851. 2505.

[9] ANDRADE, Maria José Souza de. *A mão de Obra Escrava em Salvador, 1811-1860*. São Paulo: Corrupio, 1988, p. 96-98.

[10] Inventário de Rosa Ribeiro Sanches Freire, APEB. Nazaré, 1846. 3/1262/1731/3.

[11] Um dado importante nessa pesquisa é sobre os valores monetários da época. A moeda corrente no país durante as décadas de 1830 a 1850 possuía uma escrita bem diferente do *Real* atual, falavam e escreviam *réis* até após a Independência do Brasil. Assim registrava B.J. Barickam na obra *Um Contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860*, p.23. A soma de 100 réis era geralmente escrita Rs. $100. Somas maiores eram calculadas em mil- réis, sendo mil- réis escrito Rs. 1$000. Um milhar de mil- réis equivalia a um conto de réis (ou simplesmente um conto), escrito Rs. 1:000$000 ou Rs. 1:000$. Assim, uma soma de Rs. 4:563 $000 deveria ser lida como 4 contos e 563 mil-réis e uma de Rs. 1$320 como 1.320 réis.

[12] KARASCH, Mary C. *A Vida dos Escravos no Rio de Janeiro (1808- 1850)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, *p. 260.*

[13] Cf. SOARES, Cecília Moreira. *Mulher Negra na Bahia no século XIX*. 1994, p. 28-37.

[14] Inventário de Escolástica Prates, APEB. Nazaré, 1845. 8/3500/13.

[15] Inventário de Justina Maria da Silva, APEB. Nazaré, 1850. 07/3058/07.

[16] ANDRADE, Maria José Souza de. 1988, p. 164.

[17] LOVEJOY, Paul E. *A escravidão na África*: uma história de suas transformações. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p. 29-45

[18] Inventário de Luis Rodrigues Prates, APEB. Nazaré, 1864. 03/1262/1731/15. p. 24- 30.

[19] Sobre essa discussão ver: LOVEJOY, 2002, p. 47-80.

[20] ALENCASTRO, Luiz Felipe de. O Trato dos Viventes: *formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Cia das Letras, 2000, p. 29, 54.

[21] ALENCASTRO, Luiz Felipe de. Loc. Cit.
[22] KARASCH, Mary, 2000, p. 422.
[23] MINTZ, Sidney Wilfred, PRICE, Richard. *O nascimento da cultura afro- americana*: uma perspectiva antropológica. Rio de Janeiro: Pallas. Universidade Candido Mendes, 2003, p. 38.
[24] SODRÉ, Muniz. O Terreiro e A Cidade: *A forma social negro- brasileira*. Rio de Janeiro: Vozes, 1988.
[25] ANDRADE, Maria José Souza de. 1988, p. 108.
[26] Inventário de Escolástica Prates, APEB, Nazaré, 1845. 8/3500/13.
[27] Inventário de Francisco Antonio Marques, APEB. Nazaré, 1850. 5/1467/1936/06.
[28] Inventário de José Félix Mota, APEB. Nazaré, 1851. 06/2677/8
[29] Inventário de Antonio Inacio dos Santos, APEB. Nazaré, 1850. 2/627/1081A/01.
[30]Inventário de Escolástica Prates, APEB, Nazaré, 1845. 8/3500/13.
[31] CASTELLUCCI Junior, Wellington. Entre Veredas e Arrabaldes: Histórias de Escravos e Forros na Comarca de Nazaré. Bahia, 1830-1850. In: *História e Perspectiva*. (39). 261-304. Jul. dez. 2008, p. 262.
[32] Inventário de Rosa Ribeiro Sanches Freire, APEB. Nazaré, 1846. 03/1262/1731/03.
[33] SOARES, Cecília Moreira, 1994, p. 41-44.
[34] Francisco Ribeiro dos Santos, classificação: 05/734/1199/05, período: 1850. Nazaré.
[35] João Pereira de Mesquita, classificação: 4/1412/1881/5, período: 1835. Nazaré.
[36] Francisco Ribeiro dos Santos, classificação: 05/734/1199/05, período: 1850. Nazaré.